



PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundo Municipal de Educação de Rio das Flores/RJ (928517)

OBJETO

Escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de gêneros alimentícios para as Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, através de Sistema de Registro de Preços, por meio de pregão na forma eletrônica pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.365.090,46 (Um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, noventa reais e quarenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS FLÔRES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

(Processo Administrativo nº 1125/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Rio das Flores, por meio de seu Agente de Contratação designado pela **Portaria nº 168 de 02 de janeiro de 2025**, sediado na Rua Coronel Eurico de Castro, nº 14, Centro, Rio das Flores/RJ, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de gêneros alimentícios para as Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, através de Sistema de Registro de Preços, por meio de pregão na forma eletrônica pelo período de 12 (doze) meses.

A licitação será por item, conforme **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. DA AQUISIÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua, permanente e essencial de garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios às unidades da rede municipal de ensino, assegurando o adequado funcionamento das atividades educacionais e o pleno atendimento às demandas nutricionais dos alunos matriculados. O fornecimento desses insumos constitui elemento indispensável à execução das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à oferta de alimentação escolar adequada, equilibrada e segura, em consonância com os padrões de qualidade, segurança alimentar e valor nutricional legalmente exigidos.

A inexistência, descontinuidade ou irregularidade no fornecimento de gêneros alimentícios pode ocasionar prejuízos relevantes à Administração Pública, comprometendo a continuidade dos serviços públicos essenciais, o cumprimento do calendário escolar e a observância das normas que regem a política de alimentação



escolar, além de acarretar impactos negativos à saúde, ao desenvolvimento biopsicossocial e ao bem-estar dos educandos. Assim, a contratação revela-se medida necessária, oportuna e imprescindível para assegurar a regularidade, a eficiência e a efetividade da prestação do serviço público educacional.

Ressalte-se que a presente aquisição encontra amparo legal, em especial, na Lei Federal nº 11.947/2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a qual estabelece, em seu art. 2º, as diretrizes que norteiam a alimentação escolar, dentre as quais destacam-se:

I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI – o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.”

(BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947/2009 – PNAE, Brasília, DF, 2009).

Ademais, os arts. 3º e 4º da referida lei consolidam o direito dos educandos à alimentação escolar adequada, ao estabelecerem que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, bem como ao definir que o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo.



“Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.”

(BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947/2009 – PNAE, Brasília, DF, 2009).

Diante desse contexto, resta evidenciada a necessidade e a conveniência da contratação pretendida, a qual se mostra juridicamente fundamentada, tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público. A aquisição ora proposta assegura a correta aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das normas legais e regulamentares e o atendimento eficiente e equânime às demandas da rede municipal de ensino.

A contratação do objeto deverá ser precedida de Licitação - Registro de Preço, na modalidade Pregão Eletrônico, com validade de 12 (doze) meses.

3. DO QUANTITATIVO:

- 3.1.** Os quantitativos apurados tiveram como base a necessidade do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DAS FLORES em atender as demandas das Unidades Escolares e Creches da Rede Municipal de Ensino de Rio das Flores.
- 3.2.** É obrigação da contratada, executar o serviço do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal.

4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 4.1.** As entregas dos itens deverão ser realizadas de forma parcelada, no Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Aniceto de Medeiros Correia, s/nº – Centro – Rio das Flores/RJ, em estrita conformidade com as necessidades da Administração e com as solicitações formalmente encaminhadas.

Especificamente quanto aos itens classificados como carnes, as entregas também ocorrerão de forma parcelada, devendo ser realizadas nos



seguintes endereços, conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Educação:

- Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação – Rua Aniceto de Medeiros Correia, s/nº – Centro;
- Escola Municipal Santa Tereza – Rua Leoni Ramos, nº 12 – Centro;
- Escola Municipal Nephtalina Carvalho Ávila – Rua Olier Freitas da Silveira, nº 301 – Taboas;
- Creche Municipal Círculo Infantil – Rua 1º de Maio, nº 385 – Conjunto Habitacional Antony Garotinho – Sossego.

O prazo máximo para a entrega dos itens será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da solicitação formal, devidamente autorizada, e após a emissão da respectiva nota de empenho.

- 4.2. O objeto deverá ser entregue em conformidade com o exigido neste Termo de Referência, de forma parcelada, no período de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Solicitação de Fornecimento e sua respectiva Nota de Empenho, no local e horário indicados pelo Órgão Solicitante, exceto nos feriados do Município de Rio das Flores, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional, obedecendo rigorosamente a(s) quantidade(s) e prazo(s) constante(s) na Nota de Empenho ou em instrumento hábil.
- 4.3. Correrá por conta exclusiva do estabelecimento contratado, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, a execução dos serviços a serem prestados, conforme normas definidas neste contrato os quais serão prestados de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência estabelecidos pelo **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, que emitirá prévia autorização, por escrito, para aludida execução.
- 4.4. O objeto deverá ser executado em conformidade com Termo de Referência, designados pela **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prioridade no atendimento, tendo em vista o Interesse Público e obedecer exatamente à especificação constante do **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)** deste PREGÃO ELETRÔNICO e na proposta da licitante vencedora.

5. DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (ART. 40, §1º, II DA LEI 14.133/21)

5.1. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos (art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, Lei Federal 14.133/2021):



5.1.1. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

5.1.2. DEFINITIVAMENTE, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Obs¹: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (**art. 140, inciso II, § 2º, Lei Federal 14.133/2021**).

5.2. Correrá por conta exclusiva do estabelecimento contratado, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, a execução dos serviços a serem prestados, conforme normas definidas neste contrato os quais serão prestados de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência estabelecidos pelo **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, que emitirá prévia autorização, por escrito, para aludida execução.

5.3. O objeto deverá ser executado em conformidade com Termo de Referência, designados pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com prioridade no atendimento, tendo em vista o Interesse Público e obedecer exatamente à especificação constante do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) deste PREGÃO ELETRÔNICO e na proposta da licitante vencedora.

6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição:

6.2. O acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto, ficarão a cargo da Sra. **Bianca Myrrha de Souza** - Secretária Municipal de Educação como **gestor de contrato** e o Sr. **Roberto Carlos de Souza Reis** – Coordenador de Suprimentos e Merenda Escolar e a Sra. **Clarissa Magalhães Cruz** – Nutricionista como **fiscais do contrato**, e/ou por quaisquer outros servidores designados pela **SECRETARIA DA PASTA**;

6.3. O(s) mesmo(s) ficará(ão) responsável(is) em atestar no documento fiscal correspondente a entrega do(s) produto(s) na(s) condição(ões) exigida(s). Não serão permitidas a substituição dos produtos ofertados, que em função de outra especificação, outras marcas, etc. Caso os produtos estejam em desacordo com o



solicitado, os mesmos deverão ser substituídos dentro do prazo de fiscalização sem ônus para o órgão solicitante;

6.4. O(s) objeto(s) deverá(ão) estar(em) devidamente embalado(s), indicando a MARCA, constando visivelmente em etiqueta externa a especificação, quantidade e a validade do(s) material(is), **quando for o caso**, o que será verificado no ato da entrega;

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.6. A execução dos serviços abrangerá o(s) local(is) indicados, por conta e risco do adjudicatário;

6.7. A recusa de qualquer **objeto(s) desta licitação** por divergência(s) com a nota de empenho, defeito ou irregularidade, não acarretará suspensão no prazo de entrega, ficando o contratado obrigado à substituição ou reparação no prazo que lhe for estabelecido, sem prejuízo das aplicações e penalidades cabíveis;

6.8. Poderão ser solicitadas aos licitantes e às entidades de classe, pelo(a) pregoeiro(a) ou pela Comissão de Pregão informações adicionais necessárias, laudos técnicos de análise dos **objeto(s) desta licitação**, a qualquer tempo e/ou fases do procedimento licitatório, com a finalidade de dirimir dúvidas e instruir as decisões relativas ao julgamento. Se for necessário o cumprimento de quesito específico, o edital deve dispor a respeito.

7. LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO E ADQUIRIDO O TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO E O EDITAL:

7.1. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, podendo, alternativamente, ser impresso no site **www.riodasflores.rj.gov.br**.

7.2. Via e-mail: O interessado deverá dirigir-se ao setor responsável através do e-mail **licitacao@riodasflores.rj.gov.br** ou **seceducacao@riodasflores.rj.gov.br**, o e-mail será enviado em até 72 horas.

7.3. Pessoalmente: O interessado fará o pedido pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio das Flores e deverá fornecer uma resma de papel A4, caso queira o edital impresso, apresentando cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral (CNPJ) emitida pela Secretaria de Receita Federal, para obtenção do Edital impresso.



8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

8.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

8.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física** e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006** e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

8.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

8.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



8.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

8.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

8.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

8.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

8.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10. O impedimento de que trata o **8.7.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 8.7.2. e 8.7.3** poderão participar no apoio das



atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

8.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

8.13. O disposto nos **itens 8.7.2 e 8.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

8.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

8.15. A vedação de que trata o **item 8.7.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. Na presente licitação, a **fase de habilitação sucederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o **percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **13.1 e 13.11.1** deste Edital.

9.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



9.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

9.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

9.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

9.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 9.3 ou 9.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

9.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



9.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

9.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **9.10.** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.16. DA APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO:

9.16.1. Em caso de equipamentos a licitante deverá “obrigatoriamente” - sob pena de desclassificação - apresentar Catálogo Técnico do objeto, emitido pelo fabricante, em original, cópia autenticada ou impressos do site do próprio fabricante.



- I. Os catálogos serão utilizados para conferência de todas as características exigidas para o objeto e comprovação dos seus requisitos técnicos, devendo conter no mínimo as especificações constantes na Proposta de Preços;
- II. Os catálogos deverão ser apresentados de forma nítida e legível, em língua portuguesa sem rasuras ou emendas, contendo todas as características do objeto ofertado, prazo de garantia, com ilustrações/fotos do equipamento, cores disponíveis, desenho industrial discriminando as dimensões, peso, marca, modelo e especificações técnicas;
- III. Catálogos impressos pela Internet somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
- IV. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo ofertado, exceto quando referidas modificações tiverem concordância expressa do fabricante;
- V. No caso de catálogo com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;
- VI. Poderá a Comissão, caso houver necessidade de se constatar a veracidade das informações, fazer consulta direta no site da fabricante.

9.16.2. O Catálogo deverá ser apresentado juntamente com a Proposta de Preços.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário do item;

10.1.2. Marca;

10.1.3. Fabricante;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



10.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

10.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

10.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **8.8.2.**

10.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:



11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme a tabela abaixo:

Intervalo Mínimo Entre Lances (R\$)	Tipo de Variação
0,01 com arredondamento de centavos	Monetário

11.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



11.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento) superior àquela** possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

11.13.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no **item 11.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

11.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.



11.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo **menos 5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.17. No caso de **desconexão com o Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20. Em relação a **itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

11.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



11.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o **critério de desempate** será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

11.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.21.2.2. empresas brasileiras;

11.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



11.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da **proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto** definido para a contratação, o **pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.**

11.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.22.5. É **facultado ao pregoeiro prorrogar** o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA FASE DE JULGAMENTO:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 8.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. SICAF;

12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

12.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a **existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o **agente de contratação diligenciará** para verificar se houve



fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 8.5 e 9.6** deste edital.

12.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.6.1. conter vícios insanáveis;

12.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

12.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

12.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.7.2. Será exigida **garantia** adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



12.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de **Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.12. Caso o Termo de Referência exija a **apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

12.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



13. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração.

13.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



13.9.1. Somente haverá a necessidade de **comprovação** do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos **documentos originais não-digitais** quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.11.2. Na hipótese de a **fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances**, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



13.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.15. Na hipótese de o licitante **não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação**, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **13.11.1**.

13.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.18. Quando a **fase de habilitação anteceder a de julgamento** e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.19. Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta Licitação, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

13.19.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.19.1.1. Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.

13.19.1.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.

13.19.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, caso os responsáveis não constem no Contrato Social, documento que indique a responsabilidade pela administração.

13.19.1.4. Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas.

13.19.1.5. Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.



13.19.2. REGULARIDADE FISCAL:

13.19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/**CNPJ**;

13.19.2.2. Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal**, em validade para o período desta licitação, do domicílio ou sede do licitante;

13.19.2.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de tributo estadual – apenas ICM/ICMS do domicílio da licitante);

13.19.2.4. As **Certidões da Dívida Ativa**, no caso de empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, deverão ser as expedidas pela **Procuradoria Geral do Estado (PGE)**.

13.19.2.4.1. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, o documento emitido pela Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede do licitante deverá comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar acompanhado de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

13.19.2.5. **Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND)**;

13.19.2.6. Certificado de Regularidade de Situação perante a Secretaria de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

NOTA I: Os documentos de habilitação que **não tiverem prazo de validade** especificado no seu próprio texto, serão considerados válidos se estiverem dentro do **prazo de 180 (cento e oitenta) dias** contados da data de sua emissão, ressalvada a hipótese da licitante comprovar prazo de validade superior, mediante norma pertinente que será juntada ao documento;

NOTA II: As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem utilizar-se da prerrogativa de que tratam as NOTAS IV, V e VI deverão entregar à Comissão de Pregão declaração do Contador, ou do representante legal da empresa, ou da Junta Comercial que comprove esta situação;

NOTA III: **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos elencados no item e subitens desta seção, mesmo que apresentem alguma restrição;**

NOTA IV: Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s) à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o **prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

NOTA V: A não-regularização da documentação, no prazo previsto na NOTA V, implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das **sanções**



previstas na legislação vigente, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrá-la (em) a(s) contratação (ões), ou revogar a licitação.

13.19.3. REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.19.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 (dois)

Exercícios Sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinados pelo representante legal da licitante e por profissional devidamente registrado no conselho regional de contabilidade (CRC), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. (art. 69, I, NLLC)

13.19.3.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta. (art. 69, II, NLLC)

13.19.3.3. Os licitantes sediados em outros Municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, **declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial**. As certidões deverão ter sido expedidas em até 180 (cento e oitenta) dias, da data constante para a realização da Licitação.

Obs.: Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente subitem, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

13.19.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

13.19.4.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Lei nº 12.440/2011;

13.19.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.19.5.1. Prova de capacidade técnica, mediante apresentação de **certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado**,



demonstrando fornecimento de produto pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

Obs: A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) ser datado(s) e assinado(s) por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo em exercício na entidade/empresa, bem como dados para eventual contato. As certidões poderão ser emitidas online, desde que com meios para conferência de autenticidade por meio eletrônico tais como Qr Code.

Qualificação técnica: Específica para produtos de Origem Animal e seus derivados

A exigência de documentação de qualificação técnica específica para produtos de origem animal e seus derivados justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade sanitária, a segurança alimentar e a conformidade dos produtos a serem adquiridos.

Tais produtos, por sua natureza, apresentam maior risco de contaminação e deterioração, exigindo controle rigoroso em todas as etapas de produção, armazenamento e transporte. Dessa forma, a comprovação de que o fornecedor atende às normas sanitárias vigentes é essencial para resguardar a saúde dos consumidores, especialmente no âmbito da alimentação escolar.

- A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica com atesto por ente público ou privado, sendo o último tendo como obrigação a apresentação de nota fiscal comprobatória do fornecimento. Os atestados apresentados serão analisados como prova da licitante ter fornecido o objeto com características iguais ou semelhantes e quantidades de modo satisfatório.

- Título de Registro - (Produtor)



- Se a empresa for Produtora de produtos de origem animal (itens carnes bovinas, suínas, aves, pescados e embutidos) - esta deverá apresentar emitida pela Prefeitura Municipal de Rio das Flores (em caso de empresas sediadas no município), seu próprio Título de Registro no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal (SIE ou SIF) de acordo com o Decreto Estadual (RJ) Nº 38.757 de 25 de Janeiro de 2006 e Lei Federal 7.889 de Novembro de 1989;
 - A empresa poderá apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), porém o Ministério da Agricultura não possui tal serviço instalado neste município;
- Título de Relacionamento - (distribuidor/revendedor atacadista ou varejista)
- Se a empresa comercializa e revende produtos de origem animal, esta deverá apresentar seu Título de Relacionamento no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal (SIE ou SIF) de acordo com o Decreto Estadual (RJ) Nº 38.757 de 25 de Janeiro de 2006 e Lei Federal 7.889 de Novembro de 1989;
 - A empresa poderá apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), porém o Ministério da Agricultura não possui tal serviço instalado neste município;
- Da documentação relacionada ao Estabelecimento
- Apresentar a Comprovação de que dispõe de pelo menos 01 (um) caminhão frigorífico, que atenda a as normas para transporte de cargas perecíveis congeladas de origem animal, através de certificado de inspeção sanitária emitido pela sede da licitante, da seguinte forma: Caminhão fechado, equipado com baú isotérmico, para itens congelados (-18º a -12ºC), providos de termômetro adequado e de fácil leitura, em perfeito estado de conservação e higiene, para alimentos perecíveis. Em conjunto, apresentar Certificado e documentação do caminhão, comprovando ser de posse da licitante, caso contrário, demonstrar através contrato de prestação de serviço de transporte.



- Da documentação relacionada ao Produto

- **Ficha Técnica dos produtos ofertados, contendo todas as informações e características nutricionais, físico-químicas e Microbiológicas;**

Ressalta-se que a validade dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data da entrega, salvo situação em que a validade máxima do produto seja inferior a 06 (seis) meses.

13.19.5.2. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esses prazos, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

13.19.5.3. Não serão aceitos protocolos de recebimentos ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.19.5.4. A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

13.19.5.5. O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **PODERÁ SUBSTITUIR APENAS** os documentos indicados nos subitens acima.

13.19.5.6. Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Habilitação Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

13.19.5.7. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

13.19.5.8. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

13.19.5.9. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

13.19.5.10. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,



mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.19.5.11. O não atendimento das exigências constantes no Edital implicará a inabilitação do licitante.

13.19.5.12. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.19.5.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

13.19.5.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13.19.6. DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

13.19.6.1. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO III):

➤ Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório **(Anexo III – inciso I);**

➤ Declaração que os preços cotados incluem **todos os custos e despesas** necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação **(Anexo III – inciso II);**

➤ Declaração que, por ser de seu conhecimento, **atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos**, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente **(Anexo III – inciso III);**

➤ Declaração que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que **fornecerá o material de acordo com as especificações**



técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações **(Anexo III – inciso IV);**

- **Declaração de inexistência de fatos supervenientes (Anexo III – inciso V);**
- **Declaração de inidoneidade (Anexo III – inciso VI);**
- **Declaração de que não emprega menor de idade salvo em condição de aprendiz ((Anexo III – inciso VII);**
- **Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação (Anexo III – inciso VIII);**
- **Declaração de ausência de parentesco (Anexo III – inciso IX);**
- **Declaração de ausência de trabalho degradante e/ou forçado (Anexo III – inciso X);**
- **Declaração de proibição de ato discriminatório (Anexo III – inciso XI);**
- **Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo III – inciso XII);**
- **Declaração de autenticidade de documentação (Anexo III – inciso XIII).**
- **Declaração de Atendimento aos Critérios de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental (Anexo III – inciso XIV).**
- **Declaração de ciência de apresentação de declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes (Anexo III – inciso XV);**
- **Declaração de ciência da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo III – inciso XVI);**
- **Declaração de que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (Anexo III – inciso XVII);**
- **Declaração de que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da lei complementar nº 123/06, alterada pela lei complementar nº 147/14, sob as penas do artigo 299 do código penal bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (Anexo III – inciso XVIII)** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório **(Anexo III – inciso I);**
- **Declaração que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação (Anexo III – inciso II);**



- Declaração que, por ser de seu conhecimento, **atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos**, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente **(Anexo III – inciso III);**
- Declaração que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que **fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital)**, respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações **(Anexo III – inciso IV);**
- Declaração de **inexistência de fatos supervenientes (Anexo III – inciso V);**
- Declaração de **inidoneidade (Anexo III – inciso VI);**
- Declaração de que não emprega **menor de idade** salvo em condição de aprendiz **((Anexo III – inciso VII);**
- Declaração de cumprimento aos requisitos de **habilitação (Anexo III – inciso VIII);**
- Declaração de **ausência de parentesco (Anexo III – inciso IX);**
- Declaração de ausência de **trabalho degradante e/ou forçado (Anexo III – inciso X);**
- Declaração de **proibição de ato discriminatório (Anexo III – inciso XI);**
- Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(Anexo III – inciso XII);**
- Declaração de **autenticidade de documentação (Anexo III – inciso XIII).**
- Declaração de **Atendimento aos Critérios de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental (Anexo III – inciso XIV).**
- Declaração de ciência de apresentação de **declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes (Anexo III – inciso XV);**
- Declaração de ciência da obrigatoriedade da apresentação do registro no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo III – inciso XVI);**
- Declaração de que nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de **trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **(Anexo III – inciso XVII);**
- Declaração de que se enquadra na situação de **microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da lei complementar nº 123/06, alterada pela lei complementar nº 147/14**, sob as penas do artigo 299 do código penal bem assim que **inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (Anexo III – inciso XVIII);**



13.19.6.2. A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de documentos, desde que que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio dos e-mail: licitacao@riodasflores.rj.gov.br/ seceducacao@riodasflores.rj.gov.br.

Obs: A apresentação da Declaração Unificada (Anexo III) é obrigatória.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



14.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

14.8.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 36, Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c art. 105, Lei Federal nº 14.133/2021.

14.9. Na hipótese de renovação do instrumento jurídico de formalização da contratação, considerando que o instrumento jurídico de formalização da futura contratação será a Ata de Registro de Preços, cumpre observar que a Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 84, que: “O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.”

Dessa forma, a prorrogação da Ata de Registro de Preços constitui faculdade da Administração Pública, condicionada à demonstração formal da vantajosidade dos preços registrados, bem como à existência de interesse público devidamente justificado, devendo a decisão ser expressamente motivada nos autos do processo administrativo.

Ressalta-se que, nos termos do entendimento consolidado no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, admite-se, quando prevista em regulamento e devidamente justificada, a recomposição do quantitativo originalmente estimado por ocasião da prorrogação da ata, desde que respeitados os limites normativos aplicáveis.

No âmbito municipal, tal possibilidade encontra respaldo no art. 32, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 278/2023, que autoriza, observadas as condições regulamentares, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que haja justificativa técnica, demonstração de vantajosidade e previsão expressa no instrumento convocatório.

Assim, havendo previsão editalícia, interesse público devidamente fundamentado e comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, poderá a Administração promover a prorrogação da Ata de Registro de Preços, com a correspondente renovação do quantitativo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

15.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



15.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:

16.1. REGRA GERAL:

16.1.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do art. 31, Decreto Federal nº 11.462/2023.



16.2. LIMITES PARA AS ADESÕES:

16.2.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31, Decreto Federal nº 11.462/2023:

16.2.1.1. as aquisições ou as contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

16.2.1.2. o quantitativo decorrente das adesões **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

17. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

17.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, situações previstas **nos inciso I a III do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023;**

17.2. Mesmo comprovada a ocorrência das situações previstas **nos inciso I a III do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023** se a Administração julgar conveniente poderá **optar por cancelar** a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e iniciar outro processo licitatório;

17.3. Quando o valor constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, por motivo superveniente, tornar-se superior ou inferior ao valor praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a **negociação para adequação ao praticado pelo mercado**. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e convocado(s) outro(s) fornecedor (es) na ordem de classificação instituída na fase de lances do Certame;

17.4. O(s) fornecedor (es) fica(m) obrigado(s) a comunicar (em) a **variação de preços** quando este se posicionar abaixo do preço de mercado;

17.5. Quando o(s) **valor (es) de mercado tornar-se superior (es) ao(s) valor (es) do(s) lance(s) vencedor (es) da licitação** e o(s) fornecedor (es), mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos por meio de comprovante(s) apresentado(s) e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, podendo convocar os demais fornecedor (es) na ordem de classificação;



17.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, Decreto Federal nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7. O(s) valor (es) revisado(s) será(ão) publicado(s) no Informativo Oficial do Município de Rio das Flores.

18. UNIFORMIDADE DE PREÇOS POR LOCALIDADE DE ENTREGA

18.1. Os preços ofertados pelos licitantes deverão contemplar todas as despesas necessárias para a entrega dos bens ou serviços nos locais indicados, independentemente da localização. Não serão aceitas propostas que apresentem discriminação de preços baseada na distância ou localidade da entrega, salvo justificativa técnica devidamente apresentada e aceita pela Administração.

18.2. Não será admitida a apresentação de preços distintos para diferentes localidades de entrega especificadas no edital, salvo se houver previsão expressa neste instrumento convocatório que permita tal diferenciação, mediante justificativa técnica aceita previamente pela Comissão de Licitação.

18.3. Os licitantes devem incluir no preço ofertado todos os custos de transporte, manuseio, seguros, taxas e quaisquer outros encargos incidentes sobre a entrega dos bens/serviços no local especificado, considerando a plena execução do objeto licitado.

18.4. Em caso de descumprimento desta cláusula, será desclassificada a proposta do licitante, nos termos da legislação vigente, por infringir os princípios da isonomia e competitividade.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. Prazo de pagamento não superior a **30 (trinta) dias**, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

19.2. O Pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal**, que deverá ser emitida em conformidade com o que determinam os Protocolo ICMS 42/2009 e Protocolo ICMS 194/2010 (Exigência de Nota Fiscal para fornecer ao Serviço Público) e suas posteriores alterações, em nome do(s) adjudicatário(s), desde que não ocorra nenhuma divergência no tocante a fase de liquidação;

19.3. Não será efetuado qualquer pagamento ao(s) ADJUDICATÁRIO(S) enquanto houver pendência(s) de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4. No caso de incorreção dos dados constantes na Nota Fiscal, serão estas restituídas à(s) ADJUDICATÁRIA(S), para a(s) correção (os) solicitada(s), não respondendo o



MUNICÍPIO DE RIO DAS FLÔRES/RJ – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por quaisquer encargos(s) resultante(s) de atraso(s) na liquidação do(s) pagamento(s) correspondente(s);

19.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao(s) ADJUDICATÁRIO(S) que não atenda as exigências do Protocolo ICMS 42/2009 e suas posteriores alterações (Nota Fiscal deverá ser Eletrônica);

19.6. Para os Prestadores de Serviços, cujo Município de sua sede, não faça emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), deverá ser entregue junto a Nota Fiscal (modelo A ou A-1) um documento da Prefeitura Municipal declarando não possuir os serviços de emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

20. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES A SEREM PAGOS, DESDE A DATA FINAL DO PERÍODO DE ADIMPLEMENTO DE CADA PARCELA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO:

20.1. Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos:

20.1.1. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Prefeitura Municipal de Rio das Flores, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), *pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:*

$$AF = [(1+IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$$

Onde:

AF = Atualização Financeira;

IPCA = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga.

21. DOS RECURSOS:

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



21.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

21.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

21.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

21.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

21.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

21.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

21.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

21.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

21.7. O prazo para apresentação de **contrarrrazões** ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico www.riodasflores.rj.gov.br](http://www.riodasflores.rj.gov.br).

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



- 22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 22.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 22.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 22.1.5. fraudar a licitação
- 22.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 22.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 22.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 22.2.1. advertência;
- 22.2.2. multa;
- 22.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 22.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **03 (três) anos**.

22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

22.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por **comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação



à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

23.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:
licitacao@riodasflores.rj.gov.br e seceducacao@riodasflores.rj.gov.br

23.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

23.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.riodasflores.rj.gov.br.

24.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá exigir testes de funcionamento, qualidade e rendimento, por conta do fornecedor, bem como garantia do material;

24.12. Durante o período de entrega do(s) objeto(s), o(s) adjudicatário(s) deverá(ão) manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

24.13. Quaisquer informações quanto aos termos deste PREGÃO ELETRÔNICO serão prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), das 8:00 às 11:30 e 13:00 às 16:00h, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados do Município de Rio das Flores, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional, na Rua Cel. Eurico de Castro, nº 14, Centro, Rio das Flores/RJ, CEP: 27.660-000 - Telefone: (24) 2458-1328/Ramal: 210.

24.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio das Flores/RJ, para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação.

25. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

25.1. Autoridade competente, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

25.2. Pregoeiro, na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

26. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:



- 26.1.** ANEXO I: Termo de Referência;
- 26.2.** ANEXO II: Proposta modelo;
- 26.3.** ANEXO III: Modelo de Declaração Unificada;
- 26.4.** ANEXO IV: Minuta da Ata de Registro de Preço
- 26.5.** ANEXO V: Minuta do Cadastro de Reserva
- 26.6.** ANEXO VI : Minuta do Futuro Contrato;

Rio das Flores/RJ, de de 2026.

Bianca Myrrha de Souza
Secretária Municipal de Educação



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/21)

O presente Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento das Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, através de sistema de registro de preços, por meio de pregão na forma eletrônica pelo período de 12 (doze) meses.

1.1. ITENS:

O objeto foi especificado e quantificado conforme tabela abaixo:

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Amido de milho - produto amiláceo extraído do milho, coloração branca, textura fina. Isento de mofo e sujidades. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, limpa e resistente, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem com 500 g	PC	298,00
2	Arroz - beneficiado, polido, agulhinha, tipo 1, grão longo e fino. Coloração perolada e translúcida, não necessitando escolher e lavar. Rendimento após cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais o peso antes da cocção. Isento de sujidades e mofos. Embalagem plástica, atóxica, transparente, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote com 5 kg.	PC	2.686,00
3	Extrato de tomate. Ingredientes: polpa de tomate /tomate. Sem adição de açúcar e sem adição de sal. Embalagem em sachê, contendo entre 300g e 340g, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação	SAC	2.613,00



	vigente. Validade mínima de 6 (seis), a contar da data de entrega		
4	Farinha de mandioca, seca, fina, tipo 1, crua, baixa acidez. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de 1 kg de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	597,00
5	Feijão preto, comum, tipo 1, safra nova, grãos inteiros e são, aspecto brilhoso, liso. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	6.058,00
6	Fubá de milho, fino, coloração amarela, 1ª qualidade, de milhos são e maduros, enriquecido com ferro e ácido fólico. declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.	KG	432,00
7	Macarrão argolinha, embalagem 500g - com ovos. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Sem aditivos alimentares. Após cozimento, deve manter-se solto, com aspecto, cor, odor e sabor característicos. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega	PC	45,00
8	Macarrão - macarrão com ovos, tipo espaguete nº8. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 1 kg.	KG	746,00
9	Macarrão parafuso - macarrão com ovos, tipo parafuso. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 500 gramas.	PC	1.492,00
10	Milho verde em conserva, embalagem 200g (sache), contendo os seguintes ingredientes: milho-verde e água.	SAC	579,00



	Sem adição de sal e açúcar. Embalagem em sachê, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega. Não contém glúten		
11	Óleo de soja, refinado, tipo 1/primeira qualidade. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 900ml	GF	2.222,00
12	Orégano desidratado e moído. Embalagem contendo 10 g. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	PC	419,00
13	Sal refinado iodado. Declaração da quantidade de iodo, conforme legislação vigente. De primeira qualidade. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	KG	552,00
14	Trigo para quibe, embalagem 500g. Flocos pequenos, cor e odor característicos. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	PC	149,00
15	Carne bovina moída congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 1 (um) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	4.000,00
16	Carne bovina em pedaços congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência	KG	4.909,00



	de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.		
17	Carne de frango congelada sobrecoxa, com osso, sem carcaça, sem dorso (sem porção dorsal e sambiquira). Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	3.585,00
18	Ovo de galinha branco, fresco, extra, classe a. Procedente de galinhas sadias. Deve apresentar casca íntegra, sem rachaduras e sem resíduos que indiquem falta de higiene. Peso mínimo: 50 g/unidade. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Acondicionados em caixas de papelão, protegidos por bandejas, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega do produto.	DZ	2.673,00
19	Vinagre de vinho. De primeira qualidade. Aspecto límpido, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 750ml.	GA	434,00
20	Carne de frango congelada peito sem osso e sem carcaça. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	9.712,00



21	Peixe - filé de tilápia - peixe congelado filé de tilápia, sem espinhas, sem pele. Aroma, textura, cor e sabor característicos, sem contaminantes. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem original adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embalados em sacos plásticos, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	601,00
22	Açúcar refinado especial. Ingrediente: sacarose de cana de açúcar. Cor branca, grãos finos, alta capacidade de dissolução, facilidade de mistura, não empedrar, isento de impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	1.376,00
23	Biscoito cream cracker embalagem 400g - biscoito tipo cream cracker, embalagem 400g, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	1.032,00
24	Café tradicional, torrado e moído, embalagem 500g. Pó fino, homogêneo, cor castanho escuro. Obedecer à norma de qualidade recomendável por abic/pqc. Embalagem própria para café, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	EM	138,00
25	Canela em pau. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Livre de sujidades e materiais estranhos à espécie. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 20g.	PC	172,00
26	Cravo da índia (botões florais). Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Isento de sujidades e umidade excessiva. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 10g.	EM	344,00



27	Farinha de aveia - não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 200g.	PC	112,00
28	Farinha de trigo. Embalagem de 1 kg. Tradicional, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, coloração branca, fina, pó uniforme e sem formação de grumos. Declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/ impurezas. Embalagem própria para farinha, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.	KG	409,00
29	Leite em pó integral. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 400g	PC	7.918,00
30	Milho para canjica. Canjica branca despeliculada, tipo 1. Após cozimento deverá manter-se macia. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	103,00
31	Milho para pipoca premium. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva, objetos estranhos/impurezas e outros grãos. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	103,00
32	Batata inglesa. Hortaliça de primeira qualidade, in natura, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, brotos, defeitos na polpa, ferimentos, esverdeamento, podridão, material terroso, sujidades e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte. Embalagem atóxica, íntegra, higiene adequada. Embaladas em saco ou caixa.	KG	1.477,00
33	Carne suína em pedaços congelada lombo. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios	KG	1.089,00



	definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de congelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.		
34	Biscoito tipo maisena, embalagem 400g de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	774,00
35	Fermento em pó, químico seco. Pó fino, homogêneo, coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica com tampa de rosca, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem com 250g.	PT	82,00
36	Aveia em flocos finos. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 500g	PC	385,00
37	Canela em pó, sem adição de açúcar. Textura fina, homogênea, cor marrom. Isento de sujidades e umidade excessiva. embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 40g	PC	86,00
38	Côco ralado. Ingrediente: amêndoas de coco/coco ralado desidratado. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar. Embalagem própria para coco, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	113,00
39	Suco de uva integral. Ingrediente: uva. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar e sem adição de água. Embalagem própria para suco, atóxica, íntegra, higiene	LT	223,00



	adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
40	Cacau em pó 100%, contendo 0 (zero) mg de sódio. Sem adição de açúcares. Embalagem própria para cacau, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	PC	227,00
41	Canjiquinha de milho. Textura fina, cor amarela, sem vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	EM	97,00
42	Ervilha. Ingrediente: ervilha seca, verde, partida, tipo 1. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	97,00
43	Polvilho azedo. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 1kg.	KG	17,00
44	Polvilho doce. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg	KG	17,00
45	Uva passa, preta, desidratada, sem semente, livre de fungos. Embalagem de polietileno, hermeticamente fechada, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	45,00
46	Manteiga sem sal. Extra/de primeira qualidade. Ingrediente: creme de leite pasteurizado sem adição de sal. Sem gorduras trans industrializadas, sem aditivos alimentares, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, sem ranço, sem características indesejáveis. Embalagem plástica, pote com tampa, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 3 (três) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 200g.	UN	1,515,00



47	Polpa de fruta integral sabor caju. Ingrediente: polpa de caju. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	206,00
48	Polpa de fruta integral sabor goiaba. Ingrediente: polpa de goiaba. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	340,00
49	Polpa de fruta integral sabor maracujá. Ingrediente: polpa de maracujá. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	206,00
50	Biscoito tipo cream cracker, embalagem com no mínimo 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	50,00
51	Biscoito tipo maisena, embalagem 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	50,00
52	Fórmula infantil, de segmento para lactentes, a partir do sexto mês de vida. Embalagem: lata, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. As latas não devem estar enferrujadas, estufadas.	L	100,00



	ou amassadas. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Lata 800g.		
53	Leite em pó integral zero lactose. Ingredientes: leite integral e enzima lactase. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Pacote ou lata de de no mínimo 300g.	PC	250,00
54	Alho - alho extra-branco ou roxo 1ª qualidade e safra nova. Embalagem de 1kg. O produto deverá estar em ótimo aspecto físico,o produto que não estiver com as características solicitadas será devolvido na entrega	KG	806,00
55	Cebola – cebola	KG	1911,00
56	Maçã fuji - maçã de boa qualidade, vermelha, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeitos ou manchas graves na casca, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento, danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	2686,00
57	Abacaxi – maduro	KG	60,00
58	Beterraba - hortaliça de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, deformações e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00
59	Cenoura - hortaliça de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, "ombro verde ou roxo ", podridão, sujidades, material terroso, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00
60	Chuchu - hortaliça de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00
61	Laranja pera - fruta de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie de acordo com o grau de maturação (nem muita madura, nem muito verde; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar	KG	671,00



	danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, murchidão, imaturidade, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.		
62	Melancia - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte	KG	671,00
63	Melão - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	67,00

1.2. ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Amido de milho - produto amiláceo extraído do milho, coloração branca, textura fina. Isento de mofo e sujidades. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, limpa e resistente, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem com 500 g	PC	298,00	R\$10,57	R\$3.149,86
2	Arroz - beneficiado, polido, agulinha, tipo 1, grão longo e fino. Coloração perolada e translúcida, não necessitando escolher e lavar. Rendimento após cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais o peso antes da cocção. Isento de sujidades e mofos. Embalagem plástica, atóxica, transparente, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação	PC	2.686,00	R\$23,97	R\$64.383,42



	vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote com 5 kg.				
3	Extrato de tomate. Ingredientes: polpa de tomate /tomate. Sem adição de açúcar e sem adição de sal. Embalagem em sachê, contendo entre 300g e 340g, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis), a contar da data de entrega	SAC	2.613,00	R\$3,92	R\$10.242,96
4	Farinha de mandioca, seca, fina, tipo 1, crua, baixa acidez. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de 1 kg de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	597,00	R\$7,27	R\$4.340,19
5	Feijão preto, comum, tipo 1, safra nova, grãos inteiros e são, aspecto brilhoso, liso. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	6.058,00	R\$7,02	R\$42.527,16
6	Fubá de milho, fino, coloração amarela, 1ª qualidade, de milhos são e maduros, enriquecido com ferro e ácido fólico. declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade	KG	432,00	R\$5,58	R\$2.410,56



	mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.				
7	Macarrão argolinha, embalagem 500g - com ovos. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Sem aditivos alimentares. Após cozimento, deve manter-se solto, com aspecto, cor, odor e sabor característicos. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega	PC	45,00	R\$4,30	R\$193,50
8	Macarrão - macarrão com ovos, tipo espagete nº8. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 1 kg.	KG	746,00	R\$8,09	R\$6.035,14
9	Macarrão parafuso - macarrão com ovos, tipo parafuso. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 500 gramas.	PC	1.492,00	R\$4,66	R\$6.952,72
10	Milho verde em conserva, embalagem 200g (sache), contendo os seguintes ingredientes: milho-verde e água. Sem adição de sal e açúcar. Embalagem em sache, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo	SAC	579,00	R\$3,24	R\$1.875,96



	com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega. Não contém glúten				
11	Óleo de soja, refinado, tipo 1/primeira qualidade. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 900ml	GF	2.222,00	R\$10,38	R\$23.064,36
12	Orégano desidratado e moído. Embalagem contendo 10 g. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	PC	419,00	R\$4,55	R\$1.906,45
13	Sal refinado iodado. Declaração da quantidade de iodo, conforme legislação vigente. De primeira qualidade. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	KG	552,00	R\$3,99	R\$2.202,48
14	Trigo para quibe, embalagem 500g. Flocos pequenos, cor e odor característicos. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	PC	149,00	R\$7,87	R\$1.172,63



15	Carne bovina moída congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 1 (um) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	4.000,00	R\$57,10	R\$228.400,00
16	Carne bovina em pedaços congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	4.909,00	R\$45,62	R\$223.948,58



17	Carne de frango congelada sobrecoxa, com osso, sem carcaça, sem dorso (sem porção dorsal e sambiquira). Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de congelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	3.585,00	R\$16,57	R\$59.403,45
18	Ovo de galinha branco, fresco, extra, classe a. Procedente de galinhas saudáveis. Deve apresentar casca íntegra, sem rachaduras e sem resíduos que indiquem falta de higiene. Peso mínimo: 50 g/unidade. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Acondicionados em caixas de papelão, protegidos por bandejas, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega do produto.	DZ	2.673,00	R\$11,99	R\$32.049,27
19	Vinagre de vinho. De primeira qualidade. Aspecto límpido, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 750ml.	GA	434,00	R\$8,96	R\$3.888,64



20	Carne de frango congelada peito sem osso e sem carcaça. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	9.712,00	R\$24,54	R\$238.332,48
21	Peixe - filé de tilápia - peixe congelado filé de tilápia, sem espinhas, sem pele. Aroma, textura, cor e sabor característicos, sem contaminantes. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem original adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embalados em sacos plásticos, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	KG	601,00	R\$56,08	R\$33.704,08
22	Açúcar refinado especial. Ingrediente: sacarose de cana de açúcar. Cor branca, grãos finos, alta capacidade de dissolução, facilidade de	KG	1.376,00	R\$5,19	R\$7.141,44



	mistura, não empedrar, isento de impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.				
23	Biscoito cream cracker embalagem 400g - biscoito tipo cream cracker, embalagem 400g, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	1.032,00	R\$6,74	R\$6.955,68
24	Café tradicional, torrado e moído, embalagem 500g. Pó fino, homogêneo, cor castanho escuro. Obedecer à norma de qualidade recomendável por abic/pqc. Embalagem própria para café, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	EM	138,00	R\$38,07	R\$5.253,66
25	Canela em pau. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Livre de sujidades e materiais estranhos à espécie. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 20g.	PC	172,00	R\$7,50	R\$1.290,00



26	Cravo da índia (botões florais). Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Isento de sujidades e umidade excessiva. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 10g.	EM	344,00	R\$6,42	R\$2.208,48
27	Farinha de aveia - não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 200g.	PC	112,00	R\$4,55	R\$509,60
28	Farinha de trigo. Embalagem de 1 kg. Tradicional, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, coloração branca, fina, pó uniforme e sem formação de grumos. Declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para farinha, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.	KG	409,00	R\$4,69	R\$1.918,21
29	Leite em pó integral. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze)	PC	7.918,00	R\$15,46	R\$122.412,28



	meses, a contar da data de entrega. Embalagem 400g				
30	Milho para canjica. Canjica branca despelculada, tipo 1. Após cozimento deverá manter-se macia. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	103,00	R\$8,62	R\$887,86
31	Milho para pipoca premium. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva, objetos estranhos/impurezas e outros grãos. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	103,00	R\$6,64	R\$683,92
32	Batata inglesa. Hortalíça de primeira qualidade, in natura, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, brotos, defeitos na polpa, ferimentos, esverdeamento, podridão, material terroso, sujidades e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte. Embalagem atóxica, íntegra, higiene adequada. Embaladas em saco ou caixa.	KG	1.477,00	R\$10,83	R\$15.995,91
33	Carne suína em pedaços congelada lombo. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos	KG	1.089,00	R\$23,69	R\$25.798,41



	ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.				
34	Biscoito tipo maisena, embalagem 400g de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	774,00	R\$6,24	R\$4.829,76
35	Fermento em pó, químico seco. Pó fino, homogêneo, coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica com tampa de rosca, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis)	PT	82,00	R\$11,42	R\$936,44



	meses, a contar da data de entrega. Embalagem com 250g.				
36	Aveia em flocos finos. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 500g	PC	385,00	R\$8,72	R\$3.357,20
37	Canela em pó, sem adição de açúcar. Textura fina, homogênea, cor marrom. Isento de sujidades e umidade excessiva. embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 40g	PC	86,00	R\$12,22	R\$1.050,92
38	Côco ralado. Ingrediente: amêndoas de coco/coco ralado desidratado. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar. Embalagem própria para coco, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	113,00	R\$37,00	R\$4.181,00
39	Suco de uva integral. Ingrediente: uva. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar e sem adição de água. Embalagem própria para suco, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	LT	223,00	R\$29,03	R\$6.473,69
40	Cacau em pó 100%, contendo 0 (zero) mg de sódio. Sem adição de açúcares. Embalagem própria para cacau, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a	PC	227,00	R\$67,76	R\$15.381,52



	legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.				
41	Canjiquinha de milho. Textura fina, cor amarela, sem vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	EM	97,00	R\$8,74	R\$847,78
42	Ervilha. Ingrediente: ervilha seca, verde, partida, tipo 1. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.	PC	97,00	R\$8,79	R\$852,63
43	Polvilho azedo. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 1kg.	KG	17,00	R\$21,70	R\$368,90
44	Polvilho doce. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg	KG	17,00	R\$14,80	R\$251,60



45	Uva passa, preta, desidratada, sem semente, livre de fungos. Embalagem de polietileno, hermeticamente fechada, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	45,00	R\$29,34	R\$1.320,30
46	Manteiga sem sal. Extra/de primeira qualidade. Ingrediente: creme de leite pasteurizado.sem adição de sal. Sem gorduras trans industrializadas, sem aditivos alimentares, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, sem ranço, sem características indesejáveis. Embalagem plástica, pote com tampa, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 3 (três) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 200g.	UN	1,515,00	R\$14,60	R\$22.119,00
47	Polpa de fruta integral sabor caju. Ingrediente: polpa de caju. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	206,00	R\$35,43	R\$7.298,58
48	Polpa de fruta integral sabor goiaba. Ingrediente: polpa de goiaba. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	340,00	R\$30,00	R\$10.200,00



49	Polpa de fruta integral sabor maracujá. Ingrediente: polpa de maracujá. Congelada (- 180c ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.	KG	206,00	R\$33,10	R\$6.818,60
50	Biscoito tipo cream cracker, embalagem com no mínimo 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.	PC	50,00	R\$8,32	R\$416,00
51	Biscoito tipo maisena, embalagem 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente.	PC	50,00	R\$5,63	R\$281,50



	Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega				
52	Fórmula infantil, de segmento para lactentes, a partir do sexto mês de vida. Embalagem: lata, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. As latas não devem estar enferrujadas, estufadas ou amassadas. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Lata 800g.	L	100,00	R\$117,22	R\$11.722,00
53	Leite em pó integral zero lactose. Ingredientes: leite integral e enzima lactase. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Pacote ou lata de de no mínimo 300g.	PC	250,00	R\$22,68	R\$5.670,00
54	Alho - alho extra-branco ou roxo 1ª qualidade e safra nova. Embalagem de 1kg. O produto deverá estar em ótimo aspecto físico,o produto que não estiver com as características solicitadas será devolvido na entrega	KG	806,00	R\$27,40	R\$22.084,40
55	Cebola – cebola	KG	1911,00	R\$5,66	R\$10.816,26
56	Maçã fuji - maçã de boa qualidade, vermelha, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeitos ou manchas graves na casca, imaturidade, murchidão, fermentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento, danos físicos	KG	2686,00	R\$14,08	R\$37.818,88



	ou mecânicos causados pelo transporte.				
57	Abacaxi – maduro	KG	60,00	R\$10,93	R\$655,80
58	Beterraba - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, deformações e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00	R\$5,66	R\$509,40
59	Cenoura - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, "ombro verde ou roxo ", podridão, sujidades, material terroso, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00	R\$4,99	R\$449,10
60	Chuchu - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	90,00	R\$5,73	R\$515,70
61	Laranja pera - fruta de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie de acordo com o grau de maturação (nem muita madura, nem muito verde; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, murchidão, imaturidade, ferimentos, podridão, material	KG	671,00	R\$4,89	R\$3.281,19



	terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.				
62	Melancia - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte	KG	671,00	R\$3,69	R\$2.475,99
63	Melão - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.	KG	67,00	R\$12,94	R\$866,98
VALOR TOTAL				R\$ 1.365.090,46	

A estimativa de preços foi elaborada a partir de pesquisa de mercado devidamente fundamentada, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as metodologias e boas práticas estabelecidas pela legislação vigente e pelos entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

Para a formação dos valores estimados, foram utilizadas fontes idôneas e amplamente reconhecidas, quais sejam: a funcionalidade de Pesquisa de Preços disponibilizada na plataforma Compras.gov.br, bem como consultas a sítios eletrônicos de comércio eletrônico (e-commerce), que refletem preços praticados no mercado varejista em âmbito nacional. A adoção conjunta de, no mínimo, duas fontes distintas de pesquisa



teve por finalidade assegurar maior confiabilidade aos valores obtidos, bem como garantir a compatibilidade dos preços estimados com aqueles efetivamente praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

Ressalta-se que os itens objeto da contratação correspondem a gêneros alimentícios de ampla comercialização, não demandando padronização técnica específica nem características exclusivas que restrinjam a competitividade. Dessa forma, as fontes adotadas mostram-se adequadas e suficientes para a composição de uma estimativa de preços fidedigna, refletindo a realidade mercadológica.

Registre-se, ainda, que houve tentativa de obtenção de cotações diretamente junto a fornecedores do ramo, entretanto, não se obteve retorno em tempo hábil que possibilitasse sua inclusão na pesquisa. Tal circunstância, contudo, não compromete a consistência, a validade ou a qualidade da estimativa elaborada, uma vez que as demais fontes utilizadas são legítimas, atualizadas e amplamente aceitas para esse fim. Ademais, com o intuito de conferir maior robustez e segurança à pesquisa, em diversos itens foram coletados até quatro orçamentos distintos, fortalecendo a base de dados utilizada para a definição dos valores estimados.

Dessa forma, conclui-se que a pesquisa de preços realizada atende plenamente às exigências legais e técnicas aplicáveis, revelando-se suficiente para subsidiar a contratação pretendida, com observância aos princípios da razoabilidade, da transparência e da adequada gestão dos recursos públicos.

Adicionalmente, para a definição do valor estimado, foi realizada a análise dos coeficientes de variação dos preços coletados. Uma vez que o coeficiente de variação de todos os itens se manteve abaixo de 25%, a média dos valores pesquisados foi adotada como preço de referência para a contratação.

1.3. JUSTIFICATIVA:

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua, permanente e essencial de garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios às unidades da rede municipal de ensino, assegurando o adequado funcionamento das atividades



educacionais e o pleno atendimento às demandas nutricionais dos alunos matriculados. O fornecimento desses insumos constitui elemento indispensável à execução das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à oferta de alimentação escolar adequada, equilibrada e segura, em consonância com os padrões de qualidade, segurança alimentar e valor nutricional legalmente exigidos.

A inexistência, descontinuidade ou irregularidade no fornecimento de gêneros alimentícios pode ocasionar prejuízos relevantes à Administração Pública, comprometendo a continuidade dos serviços públicos essenciais, o cumprimento do calendário escolar e a observância das normas que regem a política de alimentação escolar, além de acarretar impactos negativos à saúde, ao desenvolvimento biopsicossocial e ao bem-estar dos educandos. Assim, a contratação revela-se medida necessária, oportuna e imprescindível para assegurar a regularidade, a eficiência e a efetividade da prestação do serviço público educacional.

Ressalte-se que a presente aquisição encontra amparo legal, em especial, na Lei Federal nº 11.947/2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a qual estabelece, em seu art. 2º, as diretrizes que norteiam a alimentação escolar, dentre as quais destacam-se:

“I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;



IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI – o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.”

(BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947/2009 – PNAE, Brasília, DF, 2009).

Ademais, os arts. 3º e 4º da referida lei consolidam o direito dos educandos à alimentação escolar adequada, ao estabelecerem que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, bem como ao definir que o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo.

“Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.”

(BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947/2009 – PNAE, Brasília, DF, 2009).

Diante desse contexto, resta evidenciada a necessidade e a conveniência da contratação pretendida, a qual se mostra juridicamente fundamentada, tecnicamente



adequada e economicamente vantajosa, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público. A aquisição ora proposta assegura a correta aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das normas legais e regulamentares e o atendimento eficiente e equânime às demandas da rede municipal de ensino.

A contratação do objeto deverá ser precedida de Licitação - **Registro de Preço**, na modalidade Pregão Eletrônico, com validade de 12 (doze) meses.

1.4. PERÍODO ESTIMADO

A estimativa para a vigência do contrato ou instrumento equivalente será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com a legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (Art. 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/21)

2.1. A execução do objeto desta contratação encontra amparo na norma legal, consoante ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, o que justifica a realização da licitação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, “c” da Lei 14.133/21)

A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório para a aquisição de gêneros alimentícios, com fornecimento parcelado e conforme a demanda das Unidades Escolares da rede municipal de ensino, destinados ao preparo das refeições no âmbito da alimentação escolar.

A execução da solução prevê a utilização da estrutura física, operacional e de pessoal já existente no Município, incluindo depósitos para armazenamento dos insumos, cozinhas e equipamentos adequados nas Unidades Escolares, bem como equipe de alimentação escolar composta por merendeiras e profissionais técnicos responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e controle da execução da alimentação escolar.

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas, sanitárias e nutricionais aplicáveis, observando-se critérios de qualidade,



validade, acondicionamento e transporte, de modo a assegurar a segurança alimentar e nutricional dos alunos atendidos.

A solução contempla, ainda, o acompanhamento sistemático da execução contratual por parte da Secretaria Municipal de Educação, com controle de entregas, gestão de estoque, supervisão do preparo das refeições e observância das diretrizes nutricionais, garantindo a continuidade do fornecimento alimentar ao longo do período letivo.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se de maneira integrada, eficiente e compatível com a realidade administrativa do Município, assegurando o atendimento adequado da política pública de alimentação escolar, com racionalidade de custos, aproveitamento da capacidade instalada e observância dos princípios que regem as contratações públicas.

No caso em questão, resta configurada a hipótese de utilização da contratação por LICITAÇÃO, nos termos do **art. 28, I**, Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 12.807/2025, tendo em vista que o objeto atende a necessidade do Órgão Solicitante.

4. INDICAÇÃO DOS LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS (ART. 40, §1º, II DA LEI 14.133/21)

As entregas dos itens deverão ser realizadas de forma parcelada, no Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Aniceto de Medeiros Correia, s/nº – Centro – Rio das Flores/RJ, em estrita conformidade com as necessidades da Administração e com as solicitações formalmente encaminhadas.

Especificamente quanto aos itens classificados como carnes, as entregas também ocorrerão de forma parcelada, devendo ser realizadas nos seguintes endereços, conforme cronograma e demanda da Secretaria Municipal de Educação:

- Depósito de Merenda da Secretaria Municipal de Educação – Rua Aniceto de Medeiros Correia, s/nº – Centro;
- Escola Municipal Santa Tereza – Rua Leoni Ramos, nº 12 – Centro;
- Escola Municipal Nephtalina Carvalho Ávila – Rua Olier Freitas da Silveira, nº 301 – Taboas;



- Creche Municipal Círculo Infantil – Rua 1º de Maio, nº 385 – Conjunto Habitacional Antony Garotinho – Sossego.

O prazo máximo para a entrega dos itens será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da solicitação formal, devidamente autorizada, e após a emissão da respectiva nota de empenho.

5. DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (ART. 40, §1º, II DA LEI 14.133/21)

5.1. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos (art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, Lei Federal 14.133/2021):

5.1.1. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

5.1.2. DEFINITIVAMENTE, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Obs¹: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (**art. 140, inciso II, § 2º, Lei Federal 14.133/2021**)

O acompanhamento das entregas dos itens, bem como aceite dos mesmos, será realizado pelo servidor Roberto Carlos de Souza Reis – Coordenador de Suprimentos e Merenda Escolar, ou na sua ausência, por outro servidor indicado pelo secretário da Pasta;

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/21)

6.1. DO PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE AMOSTRAS



Após a realização do certame, durante a fase de julgamento das propostas e análise da habilitação, o licitante provisoriamente classificado deverá apresentar a Ficha Técnica dos produtos ofertados.

A Ficha Técnica será analisada por nutricionista, com o objetivo de verificar a conformidade do produto com as especificações do edital.

Caso a análise da Ficha Técnica não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações, a nutricionista poderá solicitar amostra do item, para avaliação complementar.

A apresentação de amostra visa possibilitar a análise técnica do produto ofertado, a fim de comprovar sua conformidade com as especificações estabelecidas no edital e garantir a qualidade dos itens a serem fornecidos.

Para cada item solicitado, deverá ser entregue 01 (uma) unidade, conforme a especificação e unidade de medida do edital.

Exemplo: para o item “Arroz 5 kg”, deverá ser entregue 01 (um) pacote de 5 kg, idêntico ao produto ofertado.

6.1.1. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser entregues no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação formal pela Agente de Contratação.

Local de entrega:

Secretaria Municipal de Educação de Rio das Flôres

Rua Doutor Leoni Ramos, nº 12 – Centro

Rio das Flôres/RJ – CEP 27660-112

Horário:

Das 08h às 12h e das 14h às 17h



Responsável pelo recebimento:

Nutricionistas do Programa de Alimentação Escolar (PAE) de Rio das Flores/RJ, ou, na ausência, servidor designado pela Secretaria.

6.1.2. IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DAS AMOSTRAS

As amostras deverão estar devidamente identificadas com:

- Razão social do licitante;
- CNPJ;
- Número do pregão;
- Número do item;
- Marca do produto;
- Prazo de validade.

Deverão, ainda, estar em **embalagem original**, íntegra, sem violação, rasgos ou sujidades.

6.1.3. ANÁLISE E RESULTADO

Após a análise, será encaminhado ao licitante, por meio dos canais oficiais, **relatório técnico** elaborado pela nutricionista, contendo o resultado da avaliação quanto à conformidade do produto.

6.1.4. NOVA AMOSTRA (DILIGÊNCIA)

Caso persistam dúvidas quanto a amostra do produto analisado, o licitante poderá ser convocado a apresentar **nova amostra**, e terá prazo de até **02 (dois) dias úteis** para nova apresentação.

A solicitação de nova amostra ocorrerá **exclusivamente em caso de dúvida**, não sendo aplicável nos casos de reprovação do produto.



6.1.5. DESCLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O não atendimento à solicitação de amostra, bem como o descumprimento do prazo estabelecido, implicará na desclassificação do licitante para o item.

O recebimento de amostras visa garantir a qualidade dos produtos ofertados e a aprovação da amostra constitui requisito para a aceitação da proposta, condição indispensável à homologação e à posterior celebração do instrumento contratual, nos termos do art. 42, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

6.1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

As amostras apresentadas não serão devolvidas, destinando-se exclusivamente à avaliação.

Os custos relativos ao envio das amostras serão de responsabilidade exclusiva do licitante, inclusive em casos solicitação de nova amostra devido a dúvidas.

As amostras deverão ser rigorosamente **idênticas** aos produtos a serem fornecidos em caso de homologação.

A entrega, durante a execução contratual, de produto em desacordo com a amostra aprovada caracterizará descumprimento contratual, sujeitando o contratado às penalidades previstas na legislação e no instrumento convocatório.

Em caso de reprovação do licitante classificado em primeiro lugar, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação pelo menor preço por item. O licitante convocado fará jus aos mesmos prazos concedidos ao anteriormente classificado, a fim de assegurar a isonomia e evitar prejuízos ao procedimento.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.2.6. Serão responsabilidades da Licitante Vencedora:

Compete a contratada cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- f) cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos produtos contratados.

6.2.7. Qualificação técnica: Específica para produtos de Origem Animal e seus derivados:

A exigência de documentação de qualificação técnica específica para produtos de origem animal e seus derivados justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade sanitária, a segurança alimentar e a conformidade dos produtos a serem adquiridos.

Tais produtos, por sua natureza, apresentam maior risco de contaminação e deterioração, exigindo controle rigoroso em todas as etapas de produção, armazenamento e transporte. Dessa forma, a comprovação de que o fornecedor atende às normas sanitárias vigentes é essencial para resguardar a saúde dos consumidores, especialmente no âmbito da alimentação escolar.

- A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica com atesto por ente



público ou privado, sendo o último tendo como obrigação a apresentação de nota fiscal comprobatória do fornecimento. Os atestados apresentados serão analisados como prova da licitante ter fornecido o objeto com características iguais ou semelhantes e quantidades de modo satisfatório.

- Título de Registro - (Produtor)

- Se a empresa for Produtora de produtos de origem animal (itens carnes bovinas, suínas, aves, pescados e embutidos) - esta deverá apresentar emitida pela Prefeitura Municipal de Rio das Flores (em caso de empresas sediadas no município), seu próprio Título de Registro no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal (SIE ou SIF) de acordo com o Decreto Estadual (RJ) Nº 38.757 de 25 de Janeiro de 2006 e Lei Federal 7.889 de Novembro de 1989;
- A empresa poderá apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), porém o Ministério da Agricultura não possui tal serviço instalado neste município;

- Título de Relacionamento - (distribuidor/revendedor atacadista ou varejista)

- Se a empresa comercializa e revende produtos de origem animal, esta deverá apresentar seu Título de Relacionamento no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal (SIE ou SIF) de acordo com o Decreto Estadual (RJ) Nº 38.757 de 25 de Janeiro de 2006 e Lei Federal 7.889 de Novembro de 1989;
- A empresa poderá apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), porém o Ministério da Agricultura não possui tal serviço instalado neste município;

- Da documentação relacionada ao Estabelecimento



- Apresentar a Comprovação de que dispõe de pelo menos 01 (um) caminhão frigorífico, que atenda a as normas para transporte de cargas perecíveis congeladas de origem animal, através de certificado de inspeção sanitária emitido pela sede da licitante, da seguinte forma: Caminhão fechado, equipado com baú isotérmico, para itens congelados (-18º a -12ºC), providos de termômetro adequado e de fácil leitura, em perfeito estado de conservação e higiene, para alimentos perecíveis. Em conjunto, apresentar Certificado e documentação do caminhão, comprovando ser de posse da licitante, caso contrário, demonstrar através contrato de prestação de serviço de transporte.

- Da documentação relacionada ao Produto

- Ficha Técnica dos produtos ofertados, contendo todas as informações e características nutricionais, físico-químicas e Microbiológicas;

Ressalta-se que a validade dos produtos deverá ser de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data da entrega, salvo situação em que a validade máxima do produto seja inferior a 06 (seis) meses.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Licitante Vencedora em até 30 dias após a efetiva prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura,



devidamente atestada pelo Setor competente, que deverá vir acompanhada da ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

- f) A Secretaria Municipal de Educação acompanhará a execução desse objeto, avaliando-o continuamente, posto se trate de itens destinados à alimentação dos alunos, garantindo-lhe a autoridade para aplicar quaisquer penalidades cabíveis, inclusive rescisão da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, bem como denunciar aos órgãos de controladoria interna e externa as irregularidades não sanáveis ou de reincidente descumprimento.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, “e” da Lei 14.133/21)

A contratada deverá manter um planejamento interno, ou seja, antes de iniciar a execução, a empresa deve organizar seus recursos, como mão de obra, materiais e equipamentos, para atender as demandas do contrato. A empresa deve garantir que todas as operações estejam em conformidade com as normas de segurança, regulamentos ambientais e demais exigências legais. Após a assinatura do contrato, o licitante vencedor, deve aguardar a Solicitação de Fornecimento e Empenho, que dará início formal à execução do objeto. A empresa deverá fornecer os bens contratados de acordo com as especificações técnicas, prazos e condições pré-estabelecidas. Nesse momento, a empresa deverá manter comunicação com o fiscal designado pela administração pública para esclarecer dúvidas ou resolver problemas que possam surgir. Antes da entrega do objeto, de forma fracionada de acordo com solicitação de fornecimento, a empresa deverá fazer uma conferência dos itens, para verificar se as especificações e quantidades estão de acordo. Por fim, a contratada fará entrega do objeto para que faça a verificação inicial e recebimento provisório. Após o período de verificação e se não houver pendências, a administração pública formaliza o recebimento definitivo do objeto.



8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA (Art. 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/21)

8.1. A Secretaria solicitante indicará para atuarem como gestor e fiscal do contrato:

GESTOR DO CONTRATO			
Órgão	Nome	Cargo	Matrícula
Secretaria Municipal de Educação	Bianca Myrrha de Souza	Secretária Municipal de Educação	5025

FISCAL DO CONTRATO			
Órgão	Nome	Cargo	Matrícula
Secretaria Municipal de Educação	Clarissa Magalhães Cruz	Nutricionista	2989
Secretaria Municipal de Educação	Roberto Carlos de Souza Reis	Coordenador de Suprimentos e Merenda	6334

8.2. Os mesmos ficarão responsáveis por atestar no documento fiscal correspondente, caso os produtos estejam em desacordo com o solicitado, os mesmos deverão ser substituídos dentro do prazo de fiscalização sem ônus para o órgão solicitante.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.4. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,



determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, “g” da Lei 14.133/21)

- 9.1. Não haverá critérios de medição por se tratar de fornecimento de material que não demanda o mesmo.
- 9.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega e a apresentação das Notas Fiscais do fornecimento, que deverão estar devidamente atestadas em seu verso.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, “h” da Lei 14.133/21)

- 10.1. O procedimento será realizado por meio de Pregão na forma Eletrônica, onde para seleção do fornecedor será utilizado o critério de julgamento o Menor Preço por Item.

11. VALOR ESTIMADO (Art. 6º, XXIII, “i” da Lei 14.133/21)

- 11.1. O Valor que a Administração se propõe a pagar pela aquisição do objeto será de R\$ 1.365.090,46 (Um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, noventa reais e quarenta e seis centavos).

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 12.1. O reequilíbrio econômico financeiro será assegurado para manter a justa relação econômica entre contratado e contratante nos termos do art. 37, inc. XXI da Constituição Federal e art. 124 da Lei 14.133 in verbis:



“Lei 14.133/2021 -

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”

O reequilíbrio poderá ser utilizado tanto para aumentar quanto para reduzir o valor do contrato a fim de serem mantidas a finalidade bem como as condições efetivas da proposta.

O reequilíbrio será utilizado em hipóteses excepcionais, não bastando a mera oscilação de preços normais do mercado. É necessária a equívoca anomalia nos preços do mercado, a qual seria impossível prever ou, se previsível, quantificar seus reais impactos.

O fornecedor deverá, ao elaborar sua proposta ser diligente ao prever riscos de crises econômicas, pandemias, riscos conhecidos do mercado que tornem inviável a ocorrência da licitação ou seus valores.

A formalização do pedido de reequilíbrio será dirigida formalmente à autoridade máxima do município com justificativa e motivação adequada e juntada nos autos do procedimento licitatório.

O fornecedor deve trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio.

Para demonstrar o impacto, bem como garantir o direito ao reequilíbrio poderão ser utilizados:

- Notas fiscais atuais bem como aquelas da época da apresentação da proposta para demonstrar o aumento dos preços;
- Notícias na mídia, fazendo provas de fatos supervenientes;
- Pareceres de especialistas no setor impactado;



- Documentos que por força de ato normativo sirvam de motivação para as decisões da administração pública.
- Outros documentos ou fontes que permitam comparar a situação habitual com a excepcional.

13. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/21)

13.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da Secretaria Municipal de Educação através da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Educação

02.015.2005.2102.08.365 – Merenda Escolar – Creche

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo

Valor: R\$300.000,00 (Trezentos mil reais)

Fonte: 1.500.1001 – Recursos não vinculados de Impostos

02.015.2005.2103.08.365 – Merenda Escolar – Pré-Escola

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo

Valor: R\$200.000,00 (Duzentos mil reais)

Fonte: 1.500.1001 – Recursos não vinculados de Impostos

02.015.2005.2104.08.361 – Merenda Escolar – Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo

Valor: R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)

Fonte: 1.500.1001 – Recursos não vinculados de Impostos

02.015.2005.2105.08.366 – Merenda Escolar – EJA

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo

Valor: R\$200.000,00 (Duzentos mil reais)

Fonte: 1.500.1001 – Recursos não vinculados de Impostos



02.015.2005.2112.08.367 – Merenda Escolar – Educação Especial

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo

Valor: R\$ 165.090,46(Cento e sessenta e cinco mil, noventa reais e quarenta e seis centavos)

Fonte: 1.500.1001 – Recursos não vinculados de Impostos

Esclarece-se que, embora as dotações orçamentárias indicadas no presente processo apresente, neste momento, saldo orçamentário inferior ao valor estimado da contratação, trata-se de procedimento licitatório na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), o qual não implica contratação imediata nem gera obrigação de despesa por parte da Administração, conforme dispõe o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

A indicação das dotações orçamentárias neste momento tem caráter preliminar e referencial, estando vinculada à necessidade de demonstração de planejamento da despesa, conforme orientações dos órgãos de controle. Ressalta-se que a efetiva contratação e a consequente emissão das notas de empenho só ocorrerão futuramente, de acordo com a demanda das unidades requisitantes e dentro da disponibilidade orçamentária e financeira à época da contratação.

14. RENOVAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO DE FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o instrumento jurídico de formalização da futura contratação será a Ata de Registro de Preços, cumpre observar que a Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 84, que: “O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.”

Dessa forma, a prorrogação da Ata de Registro de Preços constitui faculdade da Administração Pública, condicionada à demonstração formal da vantajosidade dos preços registrados, bem como à existência de interesse público devidamente justificado, devendo a decisão ser expressamente motivada nos autos do processo administrativo.



Ressalta-se que, nos termos do entendimento consolidado no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, admite-se, quando prevista em regulamento e devidamente justificada, a recomposição do quantitativo originalmente estimado por ocasião da prorrogação da ata, desde que respeitados os limites normativos aplicáveis.

No âmbito municipal, tal possibilidade encontra respaldo no art. 32, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 278/2023, que autoriza, observadas as condições regulamentares, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que haja justificativa técnica, demonstração de vantajosidade e previsão expressa no instrumento convocatório.

Assim, havendo previsão editalícia, interesse público devidamente fundamentado e comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, poderá a Administração promover a prorrogação da Ata de Registro de Preços, com a correspondente renovação do quantitativo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A contratação do objeto deverá ser precedida de análise prévia, fundamentada na

Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 11.871/2023 e Decreto Municipal nº 278/2023.

15.2. Ratificam-se os orçamentos constantes deste Processo Administrativo, que compõem a média de preços a ser utilizada para contratação do presente objeto.

15.3. Justifico que os valores orçados são os praticados no mercado;

15.4. Autorizo a realização do procedimento licitatório.

16. PROCESSO ADMINISTRATIVO (Art. 12, VI, da Lei 14133/21)

Considerando o disposto no art. 12, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a utilização preferencial da forma eletrônica nos processos de contratação pública, e no Decreto Federal nº 8.539/2015, que regulamenta o uso do processo eletrônico no



âmbito da Administração Pública Federal, cumpre esclarecer que, no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio das Flores, ainda não foi implantado sistema informatizado próprio que possibilite a tramitação integral dos processos administrativos em meio eletrônico. Nesse contexto, os processos continuam sendo formalizados em suporte físico (papel), nos quais são devidamente juntados todos os documentos e atos praticados de forma digital. Ressalta-se que, tratando-se da modalidade de Pregão Eletrônico, todas as publicações, comunicações, sessões públicas e atos formais do certame são realizados exclusivamente por meio eletrônico, em conformidade com a legislação vigente, sendo posteriormente impressos e juntados aos autos físicos para fins de registro, publicidade e transparência. Dessa forma, ainda que a tramitação processual ocorra em papel, observa-se o princípio da utilização preferencial dos meios digitais, na medida em que a fase licitatória se desenvolve integralmente de maneira eletrônica, sendo a utilização do suporte físico justificada pela ausência, até o presente momento, de sistema de processo administrativo eletrônico implantado no Município.

Rio das Flores, 09 de fevereiro de 2026

Bianca Myrrha de Souza

Secretária Municipal de Educação



ANEXO II – PROPOSTA MODELO

Processo Administrativo nº 1125/2026.

Pregão Eletrônico nº 001/2026.

Rua Cel. Eurico de Castro, nº 14 – Centro, Rio das Flores – RJ.

Itens	Quant.	Unidade	Material	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	298,00	PC	Amido de milho - produto amiláceo extraído do milho, coloração branca, textura fina. Isento de mofo e sujidades. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, limpa e resistente, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem com 500 g.			
2	2.686,00	PC	Arroz - beneficiado, polido, agulhinha, tipo 1, grão longo e fino. Coloração perolada e translúcida, não necessitando escolher e lavar. Rendimento após cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais o peso antes da cocção. Isento de sujidades e mofo. Embalagem plástica, atóxica, transparente, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote com 5 kg.			
3	2.613,00	SAC	Extrato de tomate. Ingredientes: polpa de tomate /tomate. Sem adição de açúcar e sem adição de sal. Embalagem em sachê, contendo entre 300g e 340g, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis), a contar da data de entrega.			
4	597,00	KG	Farinha de mandioca, seca, fina, tipo 1, crua, baixa acidez. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de 1 kg de polietileno, atóxica, íntegra,			



			higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
5	6.058,00	KG	Feijão preto, comum, tipo 1, safra nova, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
6	432,00	KG	Fubá de milho, fino, coloração amarela, 1ª qualidade, de milhos sãos e maduros, enriquecido com ferro e ácido fólico. declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.			
7	45,00	PC	Macarrão argolinha, embalagem 500g - com ovos. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Sem aditivos alimentares. Após cozimento, deve manter-se solto, com aspecto, cor, odor e sabor característicos. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega			
8	746,00	KG	Macarrão - macarrão com ovos, tipo espagete nº8. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 1 kg.			
9	1.492,00	PC	Macarrão parafuso - macarrão com ovos, tipo parafuso. Enriquecido com ácido fólico e ferro. Após cozimento manter-se solto com o sabor e aspecto característico. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis)			



			meses a contar da data de entrega do produto. Embalagem de 500 gramas.			
10	579,00	SAC	Milho verde em conserva, embalagem 200g (sache), contendo os seguintes ingredientes: milho-verde e água. Sem adição de sal e açúcar. Embalagem em sachê, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega. Não contém glúten			
11	2.222,00	GF	Óleo de soja, refinado, tipo 1/primeira qualidade. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 900ml			
12	419,00	PC	Orégano desidratado e moído. Embalagem contendo 10 g. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega			
13	552,00	KG	Sal refinado iodado. Declaração da quantidade de iodo, conforme legislação vigente. De primeira qualidade. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega			
14	149,00	PC	Trigo para quibe, embalagem 500g. Flocos pequenos, cor e odor característicos. Não devem apresentar umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega			
15	4.000,00	KG	Carne bovina moída congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de			



			água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 1 (um) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			
16	4.909,00	KG	Carne bovina em pedaços congelada patinho. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			
17	3.585,00	KG	Carne de frango congelada sobrecoxa, com osso, sem carcaça, sem dorso (sem porção dorsal e sambiquira). Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			
18	2.673,00	DZ	Ovo de galinha branco, fresco, extra, classe a. Procedente de galinhas saudáveis. Deve apresentar casca íntegra, sem rachaduras e sem resíduos que			



			indiquem falta de higiene. Peso mínimo: 50 g/unidade. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Acondicionados em caixas de papelão, protegidos por bandejas, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega do produto.			
19	434,00	GA	Vinagre de vinho. De primeira qualidade. Aspecto límpido, cor, odor e sabor característicos. Embalagem plástica, transparente, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Garrafa contendo 750ml.			
20	9.712,00	KG	Carne de frango congelada peito sem osso e sem carcaça. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			
21	601,00	KG	Peixe - filé de tilápia - peixe congelado filé de tilápia, sem espinhas, sem pele. Aroma, textura, cor e sabor característicos, sem contaminantes. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem original adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embalados em sacos plásticos, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			



22	1.376,00	KG	Açúcar refinado especial. Ingrediente: sacarose de cana de açúcar. Cor branca, grãos finos, alta capacidade de dissolução, facilidade de mistura, não empedrar, isento de impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
23	1.032,00	PC	Biscoito cream cracker embalagem 400g - biscoito tipo cream cracker, embalagem 400g, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
24	138,00	EM	Café tradicional, torrado e moído, embalagem 500g. Pó fino, homogêneo, cor castanho escuro. Obedecer à norma de qualidade recomendável por abic/pqc. Embalagem própria para café, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
25	172,00	PC	Canela em pau. Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Livre de sujidades e materiais estranhos à espécie. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem de 20g.			
26	344,00	EM	Cravo da índia (botões florais). Aspecto, cor, odor e sabor característicos. Isento de sujidades e umidade excessiva. Embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 10g.			
27	112,00	PC	Farinha de aveia - não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica ou			



			plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 200g.			
28	409,00	KG	Farinha de trigo. Embalagem de 1 kg. Tradicional, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, coloração branca, fina, pó uniforme e sem formação de grumos. Declaração das quantidades de ferro e ácido fólico, conforme legislação vigente. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/ impurezas. Embalagem própria para farinha, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega.			
29	7.918,00	PC	Leite em pó integral. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 400g			
30	103,00	PC	Milho para canjica. Canjica branca despelculada, tipo 1. Após cozimento deverá manter-se macia. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.			
31	103,00	PC	Milho para pipoca premium. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva, objetos estranhos/impurezas e outros grãos. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.			
32	1.477,00	KG	Batata inglesa. Hortaliça de primeira qualidade, in natura, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, brotos, defeitos na polpa, fermentos, esverdeamento, podridão,			



			material terroso, sujidades e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte. Embalagem atóxica, íntegra, higiene adequada. Embaladas em saco ou caixa.			
33	1.089,00	KG	Carne suína em pedaços congelada lombo. Aroma, textura, cor e sabor característicos. Isenta de gordura aparente. Livres de tecidos não considerados aptos ao consumo humano, sem prejuízo de outros critérios definidos pelo dipoa/mapa. Com as seguintes características: não apresentar formação de cristais de gelo; ausência de água dentro da embalagem; inexistência de sinais de recongelamento. Embalagem adequada, atóxica, íntegra e limpa. Devem estar acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo, transparentes, com peso máximo de 2 (dois) kg, devidamente identificados. Rótulo de acordo com a legislação vigente, com registro do dipoa/mapa, com selo do sif ou sie. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.			
34	774,00	PC	Biscoito tipo maisena, embalagem 400g de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
35	82,00	PT	Fermento em pó, químico seco. Pó fino, homogêneo, coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem plástica com tampa de rosca, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem com 250g.			
36	385,00	PC	Aveia em flocos finos. Embalagem plástica ou plástica/papel e caixa padrão, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze)			



			meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 500g			
37	86,00	PC	Canela em pó, sem adição de açúcar. Textura fina, homogênea, cor marrom. Isento de sujidades e umidade excessiva, embalagem plástica, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze), a contar da data de entrega. Embalagem 40g			
38	113,00	PC	Côco ralado. Ingrediente: amêndoas de coco/coco ralado desidratado. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar. Embalagem própria para coco, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.			
39	223,00	LT	Suco de uva integral. Ingrediente: uva. Sem aditivos alimentares, sem adição de açúcar e sem adição de água. Embalagem própria para suco, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
40	227,00	PC	Cacau em pó 100%, contendo 0 (zero) mg de sódio. Sem adição de açúcares. Embalagem própria para cacau, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.			
41	97,00	EM	Canjiquinha de milho. Textura fina, cor amarela, sem vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.			
42	97,00	PC	Ervilha. Ingrediente: ervilha seca, verde, partida, tipo 1. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 500g.			



43	17,00	KG	Polvilho azedo. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo 1kg.			
44	17,00	KG	Polvilho doce. Textura fina e coloração branca. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg			
45	45,00	KG	Uva passa, preta, desidratada, sem semente, livre de fungos. Embalagem de polietileno, hermeticamente fechada, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.			
46	1.515,00	UN	Manteiga sem sal. Extra/de primeira qualidade. Ingrediente: creme de leite pasteurizado, sem adição de sal. Sem gorduras trans industrializadas, sem aditivos alimentares, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, sem ranço, sem características indesejáveis. Embalagem plástica, pote com tampa, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 3 (três) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 200g.			
47	206,00	KG	Polpa de fruta integral sabor caju. Ingrediente: polpa de caju. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.			
48	340,00	KG	Polpa de fruta integral sabor goiaba. Ingrediente: polpa de goiaba. Congelada (- 18°C ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada.			



			Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.			
49	206,00	KG	Polpa de fruta integral sabor maracujá. Ingrediente: polpa de maracujá. Congelada (- 180c ou menor), sem adição de água, sem aditivos alimentares, 100% integral, não fermentado, não alcoólico. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Embalagem 1kg.			
50	50,00	PC	Biscoito tipo cream cracker, embalagem com no mínimo 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, sabor original, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
51	50,00	PC	Biscoito tipo maisena, embalagem 200g, sem lactose, sem proteínas do leite, de primeira qualidade. Produzido com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, livre de gorduras trans. Não deve ser alto em açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. Devem estar crocantes, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, com excesso de dureza e quebradiços. Embalagem de polietileno, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega.			
52	100,00	L	Fórmula infantil, de segmento para lactentes, a partir do sexto mês de vida. Embalagem: lata, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. As latas não devem estar enferrujadas, estufadas ou amassadas. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Lata 800g.			



53	250,00	PC	Leite em pó integral zero lactose. Ingredientes: leite integral e enzima lactase. Sem aditivos alimentares. Sem açúcar adicionado. Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos/impurezas. Embalagem própria para leite, atóxica, íntegra, higiene adequada. Rótulo de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega. Pacote ou lata de de no mínimo 300g.			
54	806,00	KG	Alho - alho extra-branco ou roxo 1ª qualidade e safra nova. Embalagem de 1kg. O produto deverá estar em ótimo aspecto físico,o produto que não estiver com as características solicitadas será devolvido na entrega			
55	1.911,00	KG	Cebola – cebola			
56	2.686,00	KG	Maçã fuji - maçã de boa qualidade, vermelha, bem desenvolvida, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeitos ou manchas graves na casca, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento, danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
57	60,00	KG	Abacaxi – maduro			
58	90,00	KG	Beterraba - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, deformações e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
59	90,00	KG	Cenoura - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, "ombro verde ou roxo ", podridão, sujidades, material terroso, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
60	90,00	KG	Chuchu - hortalica de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor			



			próprios da espécie; com a polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, ferimentos, podridão, sujidades, murchidão, brotos, deformações graves e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
61	671,00	KG	Laranja pera - fruta de boa qualidade, bem desenvolvida com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie de acordo com o grau de maturação (nem muita madura, nem muito verde; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, murchidão, imaturidade, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
62	671,00	KG	Melancia - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte			
63	67,00	KG	Melão - fruta de boa qualidade, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; polpa firme e intacta. Não deverá apresentar danos por pragas, defeito ou mancha grave na casca, defeitos na polpa, imaturidade, murchidão, ferimentos, podridão, material terroso, sujidades, deteriorações por amadurecimento e danos físicos ou mecânicos causados pelo transporte.			
TOTAL					R\$	



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Processo Administrativo nº 1125/2026.

Pregão Eletrônico nº 001/2026.

Rua Cel. Eurico de Castro, nº 14 – Centro, Rio das Flores – RJ.

(Papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

A empresa_____, sediada na Rua_____, nº, Bairro_____, na cidade de_____/__, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº_____, por seu representante legal, o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº____expedida pelo_____ e do CPF nº_____, **DECLARA:**

I - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - sob as penas da lei, que os preços cotados incluem **todos os custos e despesas** necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;

III - que, por ser de seu conhecimento, **atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos**, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integram o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;

IV - sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que **fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital)**, respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações;

V - até a presente data **INEXISTEM FATOS SUPERVENIENTES** impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



VI - não FOI DECLARADA INIDÔNEA por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

VII - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **NÃO EMPREGAMOS MENORES DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NEM MENORES DE DEZESSEIS ANOS, EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99;

VIII - comprometo-me a **manter** durante a execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO** exigidas na licitação;

IX - não POSSUÍMOS POSSUO MATRIMÔNIO OU PARENTESCO, A FIM OU CONSANGUÍNEO, ATÉ O SEGUNDO GRAU, OU POR ADOÇÃO, com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais de Rio das Flores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles, em conformidade com o art. 104, Lei Orgânica do Município de Rio das Flores, no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Declara, ademais, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade mista, com esse órgão celebrante;

X - não POSSUÍMOS, EM NOSSA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI - cumpro O ART. 93 DA LEI FEDERAL Nº 8.213/91 QUE PREVÊ A PROIBIÇÃO DE QUALQUER ATO DISCRIMINATÓRIO NO TOCANTE A SALÁRIO OU CRITÉRIO DE ADMISSÃO DO EMPREGO EM VIRTUDE DE PORTAR DEFICIÊNCIA, e, ainda, a empresa (licitante) com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2%(dois por cento) a 5%(cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas;

XII- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

XIII- sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que **TODA DOCUMENTAÇÃO ANEXADA AO SISTEMA SÃO AUTÊNTICAS**, igualmente sendo expressão da verdade a informação por mim prestada, estou ciente que esta declaração estará sujeita as penalidades da Lei, conforme dispõe o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que prevê o crime de falsidade ideológica;

XIV - sob as penas da Lei federal nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pelo Processo Administrativo, que **ATENDEMOS AOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, RESPEITANDO AS NORMAS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**;



XV - estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável**;

XVI - estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no **CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS** caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA;

XVII – que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi **condenada judicialmente, com trânsito em julgado**, por exploração de **trabalho infantil**, por **submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo** ou por **contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista**.

XVIII - se ENQUADRA NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14, sob as penas do artigo 299 do Código Penal bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

NOTA: Manter o item XVII, caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente,

Rio das Flores/RJ,de.....de 2026.

Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** N.º

O Fundo Municipal de Educação, com sede na Rua DR. Leoni Ramos, 12 - Centro, na cidade de Rio das Flores/RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.686.610/0001-51, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação – Bianca Myrrha de Souza, nomeada pela Portaria nº 011 de 02 de janeiro de 2025, publicada no Boletim Municipal de 02 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 5025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 1125/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento das Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, através de sistema de registro de preços, por meio de pregão na forma eletrônica pelo período de 12 (doze) meses, especificado no item do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 001/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Educação

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada** por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da *alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.]

11.RENOVAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO DE FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o instrumento jurídico de formalização da futura contratação será a Ata de Registro de Preços, cumpre observar que a Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 84, que: “O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.”

Dessa forma, a prorrogação da Ata de Registro de Preços constitui faculdade da Administração Pública, condicionada à demonstração formal da vantajosidade dos preços registrados, bem como à existência de interesse público devidamente justificado, devendo a decisão ser expressamente motivada nos autos do processo administrativo.

Ressalta-se que, nos termos do entendimento consolidado no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, admite-se, quando prevista em regulamento e devidamente justificada, a recomposição do quantitativo originalmente estimado por ocasião da prorrogação da ata, desde que respeitados os limites normativos aplicáveis.

No âmbito municipal, tal possibilidade encontra respaldo no art. 32, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 278/2023, que autoriza, observadas as condições regulamentares, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que haja justificativa técnica, demonstração de vantajosidade e previsão expressa no instrumento convocatório.

Assim, havendo previsão editalícia, interesse público devidamente fundamentado e comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, poderá a Administração promover a prorrogação da Ata de Registro de Preços, com a correspondente renovação do quantitativo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.



12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I **AO EDITAL**.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO V – MINUTA DO CADASTRO DE RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO VI – MINUTA DO FUTURO CONTRATO

CONTRATO Nº 000/2026

PROCESSO N º 1125/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

TERMO DE CONTRATO DE QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DAS
FLÔRES E A EMPRESA

.....

A Prefeitura Municipal de Rio das Flores/RJ por intermédio do Fundo Municipal de Educação, com sede na Rua Dr. Leoni Ramos, 12 - Centro, na cidade de Rio das Flores/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 30.686.610/0001-51, neste ato representado(a) pela Secretária Municipal de Educação – Bianca Myrrha de Souza, nomeada pela Portaria nº 011 de 02 de janeiro de 2025 publicada no Boletim Oficial do Município de 08 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 5025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº. 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

O objeto do presente instrumento é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento das Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, através de sistema de registro de preços, por meio de pregão na forma eletrônica pelo período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Fornecedor:						
Item	Especificação	UN.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total



01	.					
----	---	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital da Licitação;
- 1.2.3.** A Proposta do contratado;
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (S.F.), prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Durante a vigência do CONTRATO, os valores serão **fixos e irrevogáveis**, **exceto** nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na **alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021** ou de redução dos valores praticados no mercado.

7.2. No critério de reajuste poderá ser utilizado: índices de variação de preços como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou outro mecanismo de recomposição dos preços pactuados.

7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na **alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021** se a Administração julgar conveniente poderá **optar por cancelar** a CONTRATO e iniciar outro processo licitatório;

7.4. Quando o valor constante no CONTRATO, por motivo superveniente, tornar-se superior ou inferior ao valor praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a **negociação para adequação ao praticado pelo mercado**. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e convocado(s) outro(s) fornecedor (es) na ordem de classificação instituída na fase de lances do Certame;

7.5. O(s) fornecedor (es) fica(m) obrigado(s) a comunicar (em) a **variação de preços** quando este se posicionar abaixo do preço de mercado;

7.6. Quando o(s) **valor (es) de mercado tornar-se superior (es) ao(s) valor (es) do(s) lance(s) vencedor (es) da licitação** e o(s) fornecedor (es), mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos por meio de comprovante(s) apresentado(s) e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, podendo convocar os demais fornecedor (es) na ordem de classificação;



7.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à **REVOGAÇÃO** do item do CONTRATO e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa;

7.7.1. O(s) valor (es) revisado(s) será(ão) publicado(s) no Informativo Oficial do Município de Rio das Flores.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações da Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato,



bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;
 - i. *O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **9% a 10%** do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de **7% a 8%** do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de **5% a 6%** do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de **3% a 4%** do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de **1% a 2%** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3.** Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fundo Municipal de Educação	

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#) e no Boletim Oficial do Município de Rio das Flores/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio das Flores/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Rio das Flores, de de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____